Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Regional
Mestrado e Doutorado

DOI: 10.17058/3283p242

Quae mutata sunt? No extrativismo vegetal da Amazônia Amapaense

Antonia Francisca da Silva Saraiva
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – Estreito –Maranhão –Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1428-5110

Nilton Marques de Oliveira
Universidade Federal do Tocantins –Palmas –Tocantins – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6485-314X

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
Universidade Federal do Amapá – Macapá –Amapá – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8259-8805

Walter Saraiva Lopes
Universidade Federal do Maranhão –Imperatriz –Maranhão – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4433-2384

Resumo
Ao longo da história do Brasil, o extrativismo vegetal teve um papel fundamental na sociedade, configurando-se como um modo de organização territorial na Amazônia, mantido por povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto, o extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá tem representatividade histórica, social, econômica e ambiental desde a formação desse estado. Desta forma, o objetivo dessa pesquisa foi analisar o processo histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia e as mudanças ocorridas após a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá. A metodologia foi uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, realizada por meio de 26 entrevistas com os atores locais da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, nos anos de 2023 e 2024. E analisadas através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), utilizando o software Web Qualitative Data Analysis (WebQDA). Os resultados evidenciaram que o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da

CC BY

Reserva Extrativista do Rio Cajari, foi marcado pela dependência do patronato, pela ausência de direitos assegurados à terra e pela monopolização do território. Após a criação da Reserva, possibilitou-se uma nova forma de gestão do território, a preservação dos recursos naturais, o direito à comercialização e a organização de instituições locais. Conclui-se que o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Reserva era caracterizado pela exploração econômica dos extrativistas e que, após sua criação a atividade extrativista foi positivamente impactada, assegurando o direito à terra, a gestão do território e melhorias na qualidade de vida e o fortalecimento do extrativismo no estado do Amapá.
Palavras–chave: Amazônia. Castanha-da-Amazônia. Extrativismo. Patronato. Gestão do território.

Abstract
Throughout Brazilian history, extractivism has played a fundamental role in society, shaping a form of territorial organization in the Amazon region, that has been maintained by traditional peoples and communities. In this context, the Brazil nut (Bertholletia excelsa) extractivism in Amapá State has held historical, social, economic, and environmental significance since this state's formation. This paper aimed to analyze the historical process of Brazil nut extractivism and the changes that occurred after the creation of the Rio Cajari Extractive Reserve (Resex, Brazilian acronym) in Amapá. The methodology consisted of descriptive and exploratory research with a qualitative approach, carried out through twenty-six interviews with local stakeholders involved in Brazil nut in Amapá from 2023 to 2024. The data were analyzed by the Collective Subject Discourse (CSD) technique, with the support of the Web Qualitative Data Analysis (WebQDA) software. The results showed that the Brazil nut extractivism before the creation of this Resex was marked by reliance on patronage, absence of guaranteed land rights, and territorial monopolization. The establishment of this Resex enabled a new form of territorial management, the preservation of natural resources, the right to market products, and the organization of local institutions. It is concluded that the Brazil nut extractivism prior to this Resex was characterized by economic exploitation of the extractivists, and that, after its creation, the extractive practices were positively transformed, ensuring land rights, territorial management, improvements in quality of life, and the strengthening the extratvism in Amapá.

Keywords: Amazon. Castanha-da-Amazônia. Extractivism. Patronage. Territorial management.

Resumen
A lo largo de la historia de Brasil, la extracción de plantas ha desempeñado un papel fundamental en la sociedad, configurando una forma de organización territorial en la Amazonía, mantenido por pueblos y comunidades tradicionales. En este contexto, la extracción de la nuez de Brasil (Bertholletia excelsa) en el estado de Amapá ha tenido una importancia histórica, social, económica y ambiental desde la formación de este estado. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación fue analizar el proceso histórico de la extracción de la nuez de Brasil y los cambios ocurridos tras la creación de la Reserva Extractivista de Río Cajari en Amapá (Resex). La metodología consistió en una investigación descriptiva y exploratoria con un enfoque cualitativo, llevada a cabo mediante veintiséis entrevistas con actores locales sobre la nuez de Brasil en Amapá entre 2023 y 2024. Los datos se analizaron mediante la técnica del Discurso Colectivo del Sujeto (DCS), utilizando el software de Análisis Cualitativo de Datos Web (WebQDA). Los resultados mostraron que la extracción de nueces de Brasil antes de la creación de esta Resex se caracterizaba por la dependencia del clientelismo, la ausencia de derechos territoriales garantizados y la monopolización del territorio. La creación de esta Resex posibilitó una nueva forma de gestión territorial, la

preservación de los recursos naturales, el derecho a comercializar productos y la organización de instituciones locales. Se concluye que la extracción de nuez de Brasil antes de la creación de esta Resex se caracterizaba por la explotación económica de los trabajadores extractivistas, y que, tras su creación, la práctica extractiva se transformó positivamente, garantizando los derechos sobre la tierra, la gestión territorial, mejoras en la calidad de vida y el fortalecimiento de las prácticas extractivas en Amapá.
Palabras clave: Amazonía. Castanha-da-Amazônia. Actividades extractivas. Clientelismo. Gestión territorial.

1 Introdução

O extrativismo é uma atividade caracterizada pela apropriação dos recursos naturais, praticada desde os primórdios da humanidade com a finalidade de suprir as necessidades essenciais dos povos nativos até a chegada dos colonizadores (Caselli *et al*., 2018; Silva, Pontes; Albuquerque, 2020). Ainda para os autores, a chegada dos colonizadores introduziu a visão de que os recursos naturais da região amazônica poderiam ser explorados não apenas para a sobrevivência, mas também para a comercialização em outros mercados.

Esse cenário levou o extrativismo a acompanhar a tendência de expansão e realocação produtiva em escala mundial (Bernardo *et al*., 2016; Souza *et al*., 2024). Esse processo seguiu a lógica capitalista de crescimento e buscar por novos mercados (Marx, 2024). A importância econômica atribuída ao extrativismo por meio dos produtos extrativos, foi responsável por modificar a estrutura econômica, social e política da região amazônica (Homma, 2012; 2017; Freitas *et al*., 2017).

Historicamente, o extrativismo tem sido considerado uma alternativa para o desenvolvimento e a integração dos estados amazônicos à economia nacional e internacional (Silva *et al*., 2016). Dessa forma, o extrativismo representa uma forma de organização do território amazônico, caracterizada por uma atividade de origem pré-colonial, que permanece sendo praticada, especialmente por caboclos, indígenas e demais povos da floresta (Gonçalves, 2012).

O extrativismo abrange tanto atividades de subsistência quanto atividades voltadas ao abastecimento do mercado, por meio do beneficiamento ou da industrialização dos recursos naturais (Almeida Filho; Carvalho, 2022). Essa atividade é caracterizada pela extração de bens da natureza, podendo ser de origem vegetal, mineral e animal. Lemes e Gomes (2021), ressaltam que o extrativismo vegetal foi o que teve maior representatividade na preservação ambiental.

Nesse contexto sobre o extrativismo vegetal, para o IBGE (2021), extrativismo vegetal é o processo de exploração dos recursos vegetais que inclui a coleta consciente, possibilitando a obtenção de produções ao longo do tempo e resultando geralmente, em apenas uma única produção. Nesse sentido, o extrativismo é visto de forma mais ampla, integrando as dimensões social, econômica e ambiental (IBGE, 2024b).

O extrativismo vegetal tem um papel relevante, principalmente na região da Amazônia Legal, configurando-se uma atividade de exploração dos recursos naturais e uma alternativa econômica para o desenvolvimento da região (IBGE, 2024a; Saraiva et al., 2025). Nessa perspectiva, o estado do Amapá, que integra a Amazônia Legal, destaca-se no cenário do extrativismo vegetal.

O extrativismo no estado do Amapá apresenta-se de forma diversificada, destacando-se principalmente as atividades de mineração e o extrativismo vegetal, ambos com relevância. Dessa forma, o contexto histórico do estado do Amapá foi marcado por uma economia de subsistência, pela exploração dos recursos naturais, como a castanha-da-Amazônia, e pela pecuária (Sousa; Euler; Sousa, 2009; Lobato, 2014). É importante ressaltar que o extrativismo da castanha-da-Amazônia é representado principalmente pelas populações tradicionais da região amazônica, contribuindo para impulsionar as economias locais e promover a preservação das florestas (Homma, 2012; Batista *et al*., 2019; Saraiva, 2025).

Diante desse contexto, esta pesquisa aborda o extrativismo a partir do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, especialmente na Reserva Extrativista do Rio Cajari, doravante denominada Resex Cajari. Nesse estudo, adotou-se a denominação de castanha-da-Amazônia, considerando que a castanha-da-Amazônia é conhecida por diferentes nomes e existe um movimento que busca consolidar o nome de castanha-da-Amazônia para reparar e valorizar alguns estados da região amazônica (EMBRAPA, 2022; Wadt et al., 2023).

Considerando a importância do extrativismo no estado do Amapá, foi elaborada a seguinte questão de pesquisa: como se configurou o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá, e quais mudanças ocorreram após sua criação? Dessa forma, o objetivo foi analisar o processo histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia e as mudanças ocorridas após a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá.

Portanto, compreender essas transformações permite reconhecer que o extrativismo, antes visto apenas como prática de subsistência, passou a integrar as estratégias de desenvolvimento sustentável na Amazônia, sendo essencial para a avaliação das políticas de sustentabilidade e inclusão socioeconômica das populações tradicionais.

2 Extrativismo da castanha-da-Amazônia e suas dinâmicas no estado do Amapá

Ao longo da história do extrativismo vegetal, diversos nomes foram atribuídos à castanha, refletindo sentidos e identidades relacionados a diferentes tempos e lugares (Fonseca, 2024). A castanha é conhecida por várias denominações, como castanha, castanha-da-Amazônia, castanha-do-Maranhão, castanha-verdadeira, castanha-do-Pará, castanha-da-terra, castanha-do-Acre, noz-amazônica, tucuri, tocari, júvia, castanha-mansa e amêndoa-da-américa (Almeida, 1963; EMBRAPA, 2022).

Diante desse contexto, sobre as diversas denominações atribuídas à castanha, adota-se neste estudo o termo castanha-da-Amazônia, considerando que há um movimento voltado à consolidação desse nome como forma de reparar a exclusividade historicamente atribuída a determinados estados da região amazônica (Felzke, 2007; Wadt *et al*., 2023). Ressalta-se que, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esta espécie está registrada com o nome de castanha-da-Amazônia (Brasil, 2025). A castanha-da-Amazônia tem como nome científico *Bertholletia excelsa*, e pertence à família *Lecythidaceae* (Lorenzi, 2022).

Dessa forma, os primeiros registros sobre a castanha-da-Amazônia nas terras dos indígenas Cayanpuxes datam entre 1567 e 1569, por meio de uma expedição pelo explorador espanhol Juan Alvarez Maldonado, em Madre de Dios, que atualmente pertence ao Peru (Filocreão, 2007; INCRA, 1987). Os autores destacam que, durante a expedição, os soldados se alimentavam das castanhas encontradas nas terras dos indígenas *Cayanpuxes*.

A castanheira é uma árvore nativa da Amazônia e está presente em quase toda região amazônica da América do Sul, precisamente nos países da Guiana, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Brasil (EMBRAPA, 2022). A castanheira é encontrada nas florestas da Amazônia, ocupando uma área de aproximadamente 325 milhões de hectares, dos quais cerca de 300 milhões pertencem ao Brasil (Pinto *et al*., 2010).

Os países com maior produção da castanha-da-Amazônia são a Bolívia, o Peru e o Brasil (CONAB, 2022; Coslovsky, 2014). Já países como Colômbia, Venezuela e Equador não apresentam ocorrência de castanheiras em quantidade suficiente para sustentar a exploração econômica (Almeida, 2015; EMBRAPA, 2022).

Na região amazônica brasileira, tem castanheira nos estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amapá, nos quais a castanha-da-Amazônia é recurso de exploração econômica (EMBRAPA, 2022; IBGE, 2025a). As áreas de maiores ocorrências de castanheiras estão no Médio do rio Tocantins e no rio Trombetas (Pará), no rio Jari (Amapá) e nos castanhais (Acre) (EMBRAPA, 2022).

Nesse sentido, atualmente, o estado do Amapá é um dos nove estados que fazem parte da Amazônia legal (IBGE, 2024a) e está localizado na região Norte. Seus limites geográficos são com a Guiana Francesa (Norte), Suriname (Noroeste), Oceano Atlântico (Leste) e com o estado do Pará (Sul e Oeste) (IBGE, 2021).

Os setores econômicos de maior representatividade são o comércio, serviços, construção civil, indústria de transformação, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (MTE/RAIS, 2025). Entre os produtos do extrativismo vegetal com maior expressividade, destacam-se o açaí, a castanha-da-Amazônia e o palmito (IBGE, 2024b).

O estado do Amapá possui 16 municípios (IBGE, 2025b). Na parte sul do estado concentram-se extensos maciços de castanhais, cuja exploração moldou o estado do Amapá desde a sua formação (Paula Filho, *et al*., 2024). O processo histórico do sul do Amapá é dividido em três fases, a expropriação e controle individual, controle pela empresa comercial extrativista e o controle pelo grande capital (Picanço, 2005; 2009; 2019; Amorim, 2019). Ainda segundo os autores, essas fases representam as transformações que ocorreram na região, incluindo a área onde hoje está localizada a Reserva Extrativista do Rio Cajari.

Para compreender a dinâmica do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá é preciso voltar ao Amapá enquanto território. A expropriação das terras possibilitou que o coronel José Júlio de Andrade se apropriasse de toda a região sob a influência do rio Jari até 1948, tornando-se o único proprietário (Lins, 1997, 2001; Filocreão, 2007). Sendo que José Júlio se tornou comerciante de produtos extrativos e seringueiro, tornando-se o maior patrão da região, com concentração de terras e imóveis (Picanço, 2005).

Em 1948, o coronel José Júlio vendeu a área para um grupo de comerciantes portugueses (Picanço, 2005; Rangel, 2017). Ainda segundo os autores, a venda das terras marcou uma fase em que a expropriação e o controle das terras passaram a

ser realizados por esse grupo (empresa comercial-extrativista) e esse período durou 19 anos (1948-1967).

Essa fase terminou em 1967, quando o controle da região foi vendido, representado pelo americano Daniel Ludwig, que implementou um projeto agroindustrial conhecido como Projeto Jari (Jari Florestal e Agropecuária) (Lins, 2001; Filocreão, 2007; Chelala; Chelala, 2023). A partir de 1967, foi implantado o projeto Jari nos limites dos estados do Amapá e do Pará, o que trouxe mudanças e afetou os modos de vida da população (Picanço, 2005).

O Projeto Jari tinha como objetivo implantar na região um grande empreendimento de exploração das riquezas naturais, prevendo a derrubada de mais de 200.000 hectares para reflorestamento com espécies destinadas à fabricação de celulose (Jari Celulose, 1994; Picanço, 2005; Filocreão, 2007). Ainda para os autores, foi planejado também o desenvolvimento da pecuária e exploração dos minérios existentes na região.

O projeto Jari foi consolidado, com a implantação de uma fábrica de celulose que veio montada do Japão e, para atender às demandas energéticas dessa fábrica, foi planejada a instalação de uma hidrelétrica no Rio Jari (Jari Celulose, 1994; Filocreão, 2007). Esse projeto trouxe mudanças irreversíveis para o contexto socioeconômico e ambiental no sul do estado do Amapá. Mais tarde, a empresa Jari Florestal e Agropecuária, assumiu o papel de comercializar produtos extrativistas por meio de uma subsidiária, a Serviços Agrários e Silvicultura Ltda (SASI) (Filocreão, 2007; Rangel, 2017). A empresa passou a comprar castanha e dominar o mercado local (Lins, 1997).

No final da década de 1990, a empresa Jari Florestal e Agropecuária foi vendida para o Grupo Orsa (Filocreão, 2007). Nesse contexto, o sul do Amapá, inicialmente, foi habitado por povos indígenas e, posteriormente, apropriado para a exploração dos produtos extrativos. As mudanças na região se acentuaram a partir de 1980, onde ocorreram disputas territoriais, mudanças nos modos de produção e intensificação do controle por grandes empresas, transformando sua dinâmica social e econômica ao longo do tempo (Picanço, 2019; Lomba; Silva; Filocreão, 2021).

No contexto histórico do extrativismo no sul do Amapá, foram criadas três reservas o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá (1988) (INCRA, 2004), a Reserva Extrativista do Rio Cajari (1990) (Brasil, 1990) e a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (1997) (AMAPÁ, 1997). Essas reservas foram destinadas às populações tradicionais, para que pudessem explorar os recursos naturais de forma economicamente viável e ecologicamente sustentável.

3 Metodologia

3.1 Caracterização da área de estudo

A área de estudo desta pesquisa compreende o estado do Amapá, especialmente a região sul, onde se localiza a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex Cajari), que abrange os municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari. A pesquisa foi realizada nos anos de 2023 e 2024.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari foi instituída por meio do Decreto n.º 99.145/1990, para assegurar a exploração sustentável e a preservação dos recursos

naturais renováveis (Brasil, 1990). A Resex Cajari, além da preservação ambiental, tem como propósito beneficiar as populações extrativistas dos municípios que abrange, as quais têm como modo de vida tradicional a exploração sustentável dos recursos naturais. Entre os principais recursos naturais explorados, destacam-se a castanha-da-Amazônia, açaí, bacaba, uxí, dentre outros frutos, destaca-se a agricultura em roças manuais e a criação de animais como ovinos e suínos (Teixeira *et al*., 2018).

A área da Resex Cajari é dividida em Alto Cajari, Médio Cajari e Baixo Cajari. O Alto Cajari é constituído por terras firmes, com predominância de maciços castanhais (Filocreão, 2007 e Paula Filho, *et al*., 2024). Ainda conforme os autores, o Médio e o Baixo Cajari são compostos por campos alagados e apresentam elevada densidade de açaizais. A pesquisa foi realizada na região do Alto Cajari, composta por 13 comunidades, sendo uma região com dinâmica diferente do médio e baixo Cajari.

3.2 Atores locais de castanha-da-Amazônia do estado do Amapá

Os participantes da pesquisa foram denominados atores locais da castanha-da-Amazônia e selecionados conforme sua relação com o extrativismo dessa atividade no estado do Amapá.

Os atores locais da castanha-da-Amazônia (entrevistados) foram organizados como políticos, sociais e econômicos. Essa organização foi considerada a abordagem institucional, onde as instituições assumem diferentes papéis na sociedade e incentivam a colaboração entre os atores (North, 1990).

Para North (1993), a estrutura de incentivos de uma sociedade é sustentada pelas instituições, sendo essas instituições políticas, econômicas e sociais decisivas para o resultado econômico. Segundo o autor, as organizações são compostas por grupos de indivíduos que se reúnem para alcançar um objetivo. Enfim, para o autor, a relação entre instituições e organizações influencia o comportamento da economia. Destacam-se os estudos de Oliveira, Piffer e Strassburg (2018), Strassburg, Oliveira e Rocha Junior (2020) e Oliveira e Queiroz (2021), os quais utilizaram a abordagem institucional.

Já as organizações foram classificadas, considerando Maximiano (2011), como organizações políticas, econômicas e sociais, pois os atores locais (individual) são melhor representados, por meio das organizações, ou seja, em ações coletivas, do que cada um trabalhando individualmente.

Nesse contexto, no Quadro 1 estão apresentadas as organizações e instituições (política, econômica e social), com seus respectivos representantes, e a abordagem institucionalista considera a relevância desses grupos como contribuintes das transformações no contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá.

Quadro 1: Organizações e atores locais do extrativismo no estado do Amapá

Organizações	**Atores locais como representantes e instituições do extrativismo**
Políticos (5 Participantes)	Instituto Chico Mendes De Conservação da Biodiversidade (ICMBio/Macapá)
	Câmara Municipal de Laranjal do Jari

	Secretaria municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá escritório de Laranjal do Jari (RURAP)
Sociais (9 Participantes)	Extrativistas
	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)
	Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari (AMAC)
	Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade no Alto Resex Cajari (AMOBIL)
	Associação de Trabalhadores Agroextrativista do Cajari (ASTEXCA)
Econômicos (12 Participantes)	Extrativistas
	Ex gestor da empresa Jari Celulose
	Sistema de Cooperativas do Amapá (OCB-AP)
	Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (COMAJA)
	Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA)
	Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari (COOPEMAC)
	Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari (COOPERFLORA)

Fonte: Elaborado pelos autores

As organizações e instituições atuam como agentes de desenvolvimento, exercendo influência nesse contexto. Assim, com base no discurso dos atores locais da castanha-da-Amazônia, é possível inferir novas interpretações sobre as mudanças que ocorreram no extrativismo no estado do Amapá, após a criação da Resex Cajari.

3.3 Características, abordagens e análise do discurso sujeito coletivo da pesquisa

A pesquisa foi classificada como exploratória. Para Palagi et al. (2017), esse tipo de pesquisa tem como finalidade a exploração do objeto de estudo para gerar maior conhecimento sobre a temática. A pesquisa apresentou características descritivas, considerando a intenção de descrever e interpretar o evento observado (Osorio, Lobato e Castillo, Del, 2009) , sobre o contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá.

Foi uma pesquisa com abordagem qualitativa. Para Yin (2016), a pesquisa qualitativa é de verificação, marcada por diferentes aspectos metodológicos. Ainda para o autor, esse tipo de pesquisa consegue captar a percepção dos atores participantes da pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa buscou caracterizar os aspectos sobre a evolução histórica do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, na percepção dos atores locais.

A pesquisa qualitativa permite a utilização de diferentes métodos e uma análise mais profunda (Flick, 2017). Nesse sentido, o método de análise foi a técnica

qualitativa do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que se apoia na Teoria das Representações Sociais (TRS) do francês Serge Moscovici (Moscovici, 2015).

Segundo Moscovici (2015), as representações sociais simbolizam que os indivíduos fazem parte da elaboração da realidade social e não apenas a reproduzem passivamente, mas esse indivíduo participa individualmente na construção dela. As representações sociais geram instrumentos que nos possibilitam explorar o conteúdo de um elemento (Jodelet, 2013). Dessa forma, foi possível definir a identidade dos atores locais do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, bem como extrair individualmente os elementos que auxiliam na investigação da coletividade.

A técnica de interpretação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) visa analisar dados qualitativos de caráter verbal. Para a construção do discurso, é preciso coletar os dados, no caso, o discurso verbal (Lefevre; Lefevre, 2005, 2012).

Dessa forma, o instrumento de coleta de dados nesta pesquisa foi a entrevista, sendo elaborada uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, aplicada aos atores locais da castanha-da-Amazônia no Amapá, descritos como políticos, econômicos e sociais (Quadro 1). Neste sentido, o roteiro da entrevista foi composto por duas partes: i) Identificação dos atores e relação com o extrativismo da castanha-da-Amazônia no Amapá; ii) Questionamentos sobre o contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes e depois da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá.

Para a elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo, foi necessário realizar algumas etapas. Para Lefèvre e Lefèvre (2005) e Lefèvre (2017) , a construção do DSC é formada por quatro elementos, sendo três operacionais e um de resultado. Os elementos operacionais são: i) Expressões-Chave (E-Ch); ii) Ideias Centrais (ICs); iii) Ancoragens (ACs). O resultado dessas operações é o seguinte: iv) Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs). Ainda para os autores, a construção do DSC, podem ser utilizados conectivos para sequenciar as E-Ch e garantir a coesão textual nos discursos.

Para realizar os DSCs desta pesquisa , no primeiro momento foi feita a transcrição das 26 entrevistas, conforme gravadas em áudio, com cada questão separada. Para a elaboração do discurso dos atores locais da castanha-da-Amazônia, foi utilizado software Web Qualitative Data Analysis (WebQDA), versão online. O software WebQDA permite a criação de categorias, codificação, controle e análise dos dados, com o propósito de responder às questões investigadas (Freitas et al., 2016; Souza, Costa e Moreira, 2011).

Na primeira etapa, foram feitas as transcrições das entrevistas em arquivos no software Microsoft Excel. Os dados foram organizados de maneira que cada questão, juntamente com as respostas correspondentes de cada entrevistado, fosse salva em documentos separados. Posteriormente, foi cadastrado no software WebQDA o projeto da castanha-da-Amazônia e inseridas as questões do roteiro de entrevista com as respostas respectivas dos participantes no software.

A segunda e última etapa consistiu na seleção das Expressões-Chave e Ideias Centrais presentes nas respostas, seguida da categorização, em que as respostas foram agrupadas de acordo com sentidos semelhantes e complementares. Assim, as respostas foram organizadas em categorias, e cada uma delas gerou um Discurso do Sujeito Coletivo. Dessa forma, foram formulados os Discursos do Sujeito Coletivo dos

atores locais da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, sendo seis DSCs na segunda parte do roteiro, que norteou esse estudo.

4 Resultados e discussão

4.1 Contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex do Rio Cajari, no estado do Amapá

Esta seção apresenta os resultados e a discussão dos dados da pesquisa, considerando o processo histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia e as mudanças ocorridas após a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá. Os dados foram obtidos a partir de 26 entrevistas realizadas com atores locais ligados ao extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado, que possibilitou a aplicação da técnica análise Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Nessa primeira parte, foram considerados os dados sobre o contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazonia, antes da Resex Cajari. Para compreender o contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, foi questionado aos atores locais da castanha-da-Amazônia (participantes) quais as lembranças ou recordações sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da Resex do Rio Cajari.

A análise das respostas da questão 1, gerou três categorias. A categoria "Lutas e resistência", sendo 5 (19%) entrevistados relataram que a percepção sobre o extrativismo da castanha antes da criação da Resex foi marcada por conflitos. Apresenta-se o DSC dessa categoria.

> Eu me recordo, que era uma situação muito difícil. Antes da criação da reserva, (...) a **palavra é violência**. E essa palavra me remete a fatos históricos sobre a população, **os trabalhadores que eram surrados como punição quando tentavam ir embora**, fugir ou se vendia para outro patrão que oferecia melhores condições. A gente ouve muito falar também, principalmente dos que vivenciaram essa fase da luta pela criação da Resex, que **eles viviam subjugados**.

Nesse discurso, foi possível compreender o que inicialmente caracterizou o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex. Considerando o contexto histórico de ocupação em toda a Amazônia, esse período foi marcado pela grilagem das terras, em que empresas e latifundiários conseguiram condições favoráveis e concentraram grandes extensões de terras (Oliveira, 2022). Dessa forma, Pinto (1986) e Oliveira (2022) destacam que esses grupos dominantes se tornaram, mais tarde, comerciantes de produtos extrativistas, principalmente das seringueiras, explorando economicamente e utilizando a mão de obra local de forma forçada (violência).

A conjuntura do modelo desenvolvimentista, imposto pelo governo militar contrapõe-se às densas florestas, substituindo-as por áreas de pastagem e florestas de monocultura voltadas à produção de celulose (Picanço, 2005). Para resistir a esse processo, os seringueiros organizaram uma forma de resistência, que começou por volta das décadas de 1970 e 1980 (Drummond, 1996; Filocreão; Silva; Lomba, 2022).

Ainda conforme os autores, os movimentos dos seringueiros, a Igreja Católica através da Pastoral da Terra e os ambientalistas, influenciaram as mudanças no extrativismo.

A categoria "Dependência do patronato", com 16 (62%) entrevistados, o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex, foi marcado pela atrelamento dos patrões. A seguir, mostra-se o DSC dessa categoria.

> Primeiro, antes da criação da reserva, a questão da castanha era que a gente era subordinado aos patrões, os antigos falados patrões. O histórico da Resex destacava a tradição e o poder exercido pelos patrões na época, e esse poder era tão forte que os trabalhadores eram praticamente obrigados a trabalhar em troca de alimentação e sustento para suas famílias. Nesse tempo, era seringa, balata, maçaranduba e a castanha, e cada um que trabalhava em uma colocação era dominado pelo patrão. Você podia tirar a castanha e vender para ele; não podia vender para ninguém, independente do preço. O castanheiro trabalhava como um escravo. A castanha era quase dada, um hectolitro (100 litros) de castanha, que hoje é seis baldes, era trocado quase por um quilo de açúcar. Você trocava uma barrica (120 litros) de castanha por uma lata de leite. E trocava um quilo de charque em uma barrica de castanha, uma bota em uma barrica de castanha. eles vendiam escondido altas horas da madrugada, mediam a castanha no fundo do rio para o patrão não ouvir o barulho. Para você vender sua castanha, para você ver um dinheiro, eles vendiam escondido altas horas da madrugada, mediam a castanha no fundo do rio para o patrão não ouvir o barulho, pois ele sempre comprava sua castanha e não podia vender para outro. Portanto, a produção da castanha era a moeda de troca, eles pegavam alimentos em troca de castanha.

Nesse discurso, confirma-se a dependência dos extrativistas em relação ao patronato. O patrão fornecia antecipadamente alimentos, ferramentas e outros bens para realização do serviço, sempre com preços elevados, isso gerava ao castanheiro uma dívida que nunca liquidava (Oliveira, 2022). Essa questão da dependência patronato está intrinsecamente ligado ao sistema de aviamento (comercialização) e à colonização, nos quais se estabelece um vínculo de dívida (Meira, 2017).

A análise desse discurso evidencia a dependência dos extrativistas em relação ao patronato. Nesse sistema, o patrão fornecia antecipadamente alimentos, ferramentas e outros bens necessários à realização da atividade extrativista, geralmente a preços elevados, o que gerava dívidas que os castanheiros não conseguiam quitar (Oliveira, 2022). Essa relação de dependência em relação ao patronato estava intrinsecamente ligada ao sistema de aviamento, caracterizado pelo fornecimento antecipado de mercadorias em troca da produção extrativista, estabelecendo relações de endividamento e subordinação dos trabalhadores aos patrões (Meira, 2017).

A dependência do patronato está vinculada ao fato de os patrões se considerarem donos das terras, colocando as famílias para explorar os recursos naturais e trabalharem na agricultura em benefício do patrão, o que ficou conhecido como colocação. Para Wawzyniak (2000), colocação é uma área territorial não linear que segue a dinâmica histórica tradicional de uso das terras pelos grupos sociais na produção e reprodução de suas vidas. A colocação está historicamente ligada a um território que vive do extrativismo, da agricultura familiar e da criação de animais de

pequeno porte (Silva; Alves, 2022). Os comunitários da Resex Cajari ainda chamam seus lotes de terra de colocações, uma herança do patronato.

A categoria "Terras controladas por empresa privada" foi composta de 5 (19%) entrevistados. A seguir, apresenta-se o DSC dessa categoria.

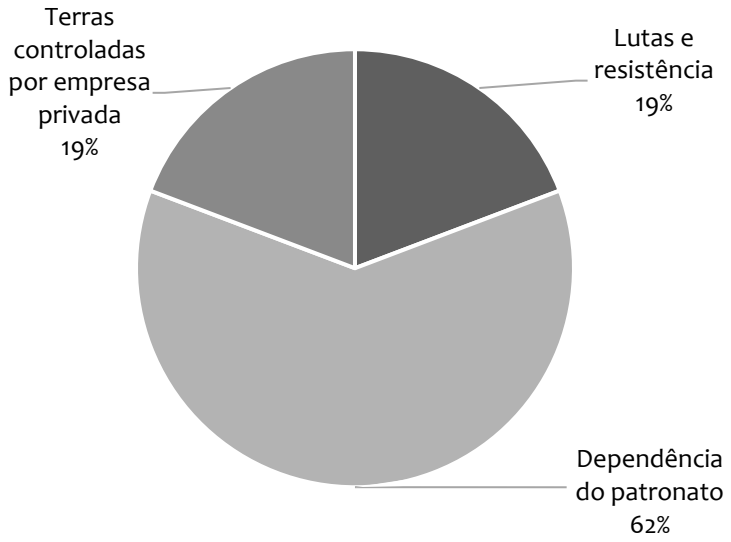
> Enquanto território do Amapá, os castanhais tinham um dono, e esse dono vendeu para os portugueses. Depois, os portugueses venderam para Daniel Ludwig quase toda a região, da empresa privada até as áreas das duas reservas, tanto a federal quanto a estadual, pertenciam ao grupo privado. A gente não tinha nossa propriedade; tudo era da empresa privada. Porque aquele território era controlado pela empresa privada.

Portanto, nesse discurso, percebe-se o contexto histórico dos primeiros proprietários dos castanhais (empresas) envolvidos no processo de exploração do sul do Amapá , destacando as dinâmicas econômicas e sociais que marcaram o crescimento populacional da região. Sendo um dos primeiros donos dos castanhais, José Júlio de Andrade, após décadas de apropriação irregular das terras, tornou-se um político importante e ficou conhecido como Coronel José Júlio (Picanço, 2005). Ainda nesse contexto, o Coronel José Júlio, impôs controle violento das terras e exploração dos trabalhadores da região (Lins, 2001; Saraiva, 2025). Ainda para o autor, o Coronel José Júlio, mais tarde, vendeu parte do sul do Amapá para um grupo de empresários portugueses.

Essa área adquirida pelo grupo de portugueses da empresa J. Fonseca, em 1948, corresponde, atualmente, a uma parte da Resex do Rio Cajari (Rangel, 2017). Conforme a autora, a empresa gerenciava as atividades extrativistas na exploração da castanha-da-Amazônia na região. O grupo de portugueses, uma década depois, vendeu para bilionário norte-americano Daniel Ludwig. Nessa nova fase, implantado o projeto agroindustrial conhecido como Projeto Jari (Filocreão, 2007).

Nesse sentido, o extrativismo foi influenciado pelas políticas de desenvolvimento do governo militar direcionadas à Amazônia, promovendo a exploração de recursos naturais e incentivando a ocupação da região com projetos agropecuários e industriais (Silva; Silva; Silva Filho, 2022). A Figura 1 apresenta a representatividade das três categorias resultantes da questão 1.

Figura 1: Extrativismo da castanha-da-Amazonia antes da Resex Cajari



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Figura 1, observam-se três categorias, destacando-se a percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex. A categoria que mais se destacou foi a dependência do patronato, com maior representatividade sobre o extrativismo. Historicamente, a região Amazônica é marcada pelos grandes projetos capitalistas e por processos de exploração socioambiental.

Neste sentido, o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Resex, foi marcado pela exploração (escravidão) dos extrativistas, que eram submetidos a relações de trabalho abusivas, sendo obrigados a trocar sua produção por mercadorias em condições desvantajosas.

Destaca-se que esse contexto histórico foi marcado por conflitos de terras e pela apropriação por empresas privadas, que ameaçavam a permanência das comunidades que viviam no sul do estado do Amapá (Filocreão, 2007; Rangel, 2017).

Além da atuação do grupo Jari na dinâmica da castanha, que está presente na região desde 1967, é importante considerar a sua influência no contexto histórico (Picanço, 2005). Ainda conforme o autor, embora a castanha não fosse a principal atividade do grupo Jari, este era um dos maiores geradores de emprego local. Contudo, o principal interesse da empresa era a terra, o que provocou conflitos com os extrativistas que já ocupavam a área, utilizando-a principalmente para a coleta de castanhas.

Essa dinâmica da castanha-da-Amazônia envolve também os empresários da família Mutran, sendo os mais antigos compradores de castanha no sul do Amapá e estão há quase um século nessa atividade (Diniz *et al*., 2023). Eles sempre trabalham com atravessadores locais e estabelecem uma relação comercial com os extrativistas.

Assim, o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, configurava-se como uma atividade marcada por relações desiguais de poder, forte dependência econômica e dominação dos extrativistas pelos grandes proprietários (apropriação das terras) e comerciantes regionais. Embora o extrativismo seja essencial para a subsistência das populações locais,

desenvolvia-se sob condições de exploração (escravidão), refletindo a histórica concentração fundiária e a exclusão social predominante na Amazônia.

4.2 O extrativismo da castanha-da-Amazônia, após a criação da Resex do Rio Cajari, no estado do Amapá

Nessa seção, foram abordadas as mudanças que ocorreram no extrativismo da castanha-da-Amazônia após a criação da Resex Cajari, no estado do Amapá. Nesse contexto, a análise se concentrou nas lembranças ou recordações sobre o extrativismo da castanha, destacando-se o período após a criação da Resex, mencionada na questão 2. Essa questão gerou 4 categorias. A seguir, apresenta-se o DSC da categoria "Autonomia e autogestão", na qual 10 (39%) atores locais da castanha-da-Amazônia, consideram que a criação da Resex trouxe liberdade nas ações e oportunidade para o extrativismo da castanha no região.

> E, depois da reserva, a gestão do território é outra realidade. Mostra outro momento, com liberdade, diálogo e negociação. Primeiro, deu seguridade para o homem da comunidade da população tradicional que ele não tinha, porque todo dia ele rezava para não chegar o jagunço da empresa privada e não derrubar a casa dele ou tocar fogo na roça dele. As pessoas daqui já passaram a ter o domínio dessas áreas. A gente teve uma liberdade maior, uma autonomia. As famílias passaram a ter seu pedaço de terra para trabalhar. Não é delas, é da Unidade de Conservação, mas a pessoa tem aquele pedaço, e ninguém vai lá dizer que não é dela. A Resex, trouxe esse aspecto da segurança para eles, de estar em um território que, se bem cuidado e mantidas as normas ou as exigências do governo, eles estão seguros. Eles têm um conselho deliberativo gerido pelo ICMBIO hoje. Depois que a gente criou a reserva, a gente teve liberdade e não somos mais escravos.

É possível observar, na percepção dos atores locais, que a criação da Resex do Rio Cajari proporcionou maior segurança e autonomia territorial aos extrativistas. Sendo assim, percebeu-se que a criação da Resex trouxe uma nova forma de gestão ao território.

Destaca-se que a Resex concedeu o "direito real de uso à população com tradição extrativista" (Brasil, 1990). Nesse caso, as comunidades tradicionais do extrativismo da castanha, que viviam na localidade da Resex e se dedicavam à exploração sustentável dos recursos naturais dessa região, receberam o direito legal de usar esses recursos naturais, de acordo com suas práticas e costumes históricos. Esse extrativismo, que antes era realizado em terras privadas e por meio de violência, passou a ser reconhecido após a criação da Resex, que foi "declarada de interesse ecológico e social" (Brasil, 1990).

Com a regularização da Resex do Rio Cajari, foi possível viabilizar as práticas extrativistas, garantindo a proteção ambiental e a valorização das comunidades tradicionais locais como protagonistas na conservação dos recursos naturais. Para Diegues (2023), a relação entre o homem e a natureza, demonstrada pelos povos e comunidades tradicionais, reflete uma perspectiva ecológica e um papel positivo na manutenção da biodiversidade.

Nesse contexto, a criação das Resexs contribuiu para a regularização fundiária de terras pertencentes a grupos sociais que utilizavam a floresta para sua vivência (sustento) e comercialização, considerando o meio ambiente amazônico e as tradições destas comunidades (Allegretti, 1988). A regularização também evitou a reconcentração de terras em áreas de reforma agrária, estabelecendo que essas deveriam ser terras públicas com usufruto exclusivo de moradores tradicionais (STR/CNS/CUT, 1989). Ainda conforme os autores, essa medida foi estimulada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tomando como referência o modelo das terras indígenas.

Para Allegretti, (1994), as Resex foram denominadas visando ressaltar a atividade econômica extrativista, mas podem ser realizadas outras atividades, como a agricultura e a criação de animais domésticos; enfim tem a floresta como base de sustentação. Portanto, a floresta continua sendo a base essencial para a sustentação dessas atividades, seja pela oferta de recursos naturais, pela preservação ambiental ou pela manutenção das tradições e modos de vida dos habitantes locais.

Dentro desse contexto, o extrativismo da castanha-da-Amazônia, após a criação da Resex do Rio Cajari, promoveu a conservação ambiental e a valorização econômica das comunidades locais. A segunda Categoria "Preservação dos recursos naturais", contou com 4 (15%) participantes, ressaltando as preocupações ambientais relacionadas à preservação e à exploração sustentável da castanha-da-Amazônia nessa Resex. Apresenta-se, a seguir, o DSC dessa categoria, que detalha as principais considerações e evidências levantadas pelos participantes.

> A reserva veio com a proposta de preservação e de exploração sustentável da castanha, sendo uma potencialidade muito grande na reserva. Como é uma área que se concentra o maior número de castanhais nativos, tem bosque de castanhais nativos, assegurou essas árvores também, não só ela como as outras árvores. Então, como as pessoas daqui ajudaram a criar a reserva para preservar e não deixar que alguém de fora invadisse, tiraram a questão da escravidão dessa parte do extrativismo da castanha, porque ela não poderia ser vendida para outra pessoa e você não era proprietário da terra.

Com base nesse discurso, os atores destacam a importância da Resex na preservação dos castanhais, enfatizando seu papel na proteção dos ecossistemas locais. Considerando o contexto histórico da criação da Resex, observou-se que sua formação foi motivada pela necessidade de defender o meio ambiente, proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade das comunidades extrativistas locais.

Dessa forma, a Resex surge não apenas como uma estratégia de conservação, mas como um instrumento de promoção da justiça social, ao assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais que dependem diretamente do extrativismo (Santos; Brannstrom, 2015; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018).

A criação da Resex trouxe a proteção da castanha-da-Amazônia, garantindo não apenas a preservação ambiental, mas a valorização econômica e cultural desse recurso natural essencial para as comunidades tradicionais. Esse discurso evidencia o processo de luta socioambiental dos povos da floresta, sendo conduzido de forma

educativa, contínua e permanente, promovendo uma relação intrínseca e harmoniosa com a floresta.

Nesse sentido, pode-se inferir que, ao integrar o saber tradicional das comunidades extrativistas com práticas de conservação ambiental, a Resex fortalece a resiliência dessas populações e contribui para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos na região.

A categoria "Comercialização e instituições" da castanha foi composta por 8 (31%) atores locais da castanha-da-Amazônia, destacando avanços na autonomia dos extrativistas, com liberdade de escolha na venda e organização na formação de instituições para realizar essas vendas. Na sequência, apresenta-se o DSC dessa categoria.

> Hoje, tem reserva, já tem mais lei, ainda tem bastante atravessador, a qual são os compradores de castanha, e hoje tu ver que o teu dinheiro é pouco, mas tu já ver, já consegue ver. Tu consegues fazer a colheita e não vende a retalho, por exemplo, 150 barricas de castanha a gente consegue vender para uma pessoa só. A gente avançou bastante na autonomia dos extrativistas sobre a criação, a coleta e a venda da castanha. Hoje a gente já decide para quem vende; apesar de estar vendendo por um preço muito baixo, a gente sabe para quem vender. Você vende sua produção para quem quer, por estar livre, não tem o patrão que fala que hoje você não pode trabalhar porque isso é dele. A criação da reserva também tirou mais aquela questão do patrão, e vieram surgindo outros compradores. Hoje, você chega em uma casa, tem o leite; você sai com uma barrica de castanha e pode vender em qualquer lugar e colocar seu dinheiro no bolso. A Resex também trouxe a tranquilidade e eles conseguiram se organizar, tanto em associações, quanto em cooperativas. Avançou um pouco também na formação de instituições para realizar essa venda. Antes da criação da Resex, a castanha não tinha muito valor no estado; o que tinha valor era balata e seringa.

O DSC destaca a liberdade de comercialização da castanha, pois enquanto era propriedade privada, essa castanha pertencia ao patrão, agora com a Resex, o extrativista pode vender para qualquer pessoa. Mesmo com papel do atravessador na comercialização, a venda da castanha ainda traz resultados positivos para o extrativista. O valor econômico da castanha-da-Amazônia sempre foi relevante na região, desempenhando um papel central na geração de renda para comunidades extrativistas.

O discurso evidencia que a criação da Resex teve avanços na autonomia dos extrativistas e contribuiu para a superação da dependência de antigos patrões, além de incentivar a organização em associações e cooperativas. Dessa forma, esse contexto confirma os objetivos da criação das Resexs, visto que elas não asseguraram somente o direito de uso das terras, mas também permitiram a continuidade da extração e comercialização dos produtos, tornando essas áreas viáveis economicamente (STR/CNS/CUT, 1989).

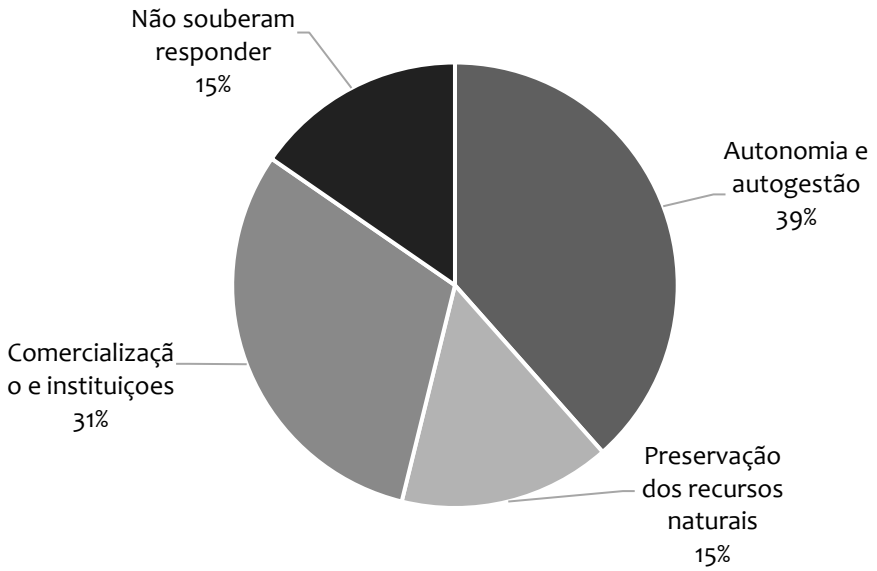
Neste sentido, a criação das instituições ligadas à comercialização dos produtos extrativos, principalmente a castanha-da-Amazônia da Resex Cajari, como a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA); Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari (COOPEMAC) e Cooperativa

Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari (COOPERFLORA), trouxe mais liberdade e valorização para a comercialização dos produtos extrativos da Resex.

Ainda no contexto do extrativismo da castanha-da-Amazônia associado à criação da Resex do Rio Cajari, observou-se que teve 4 (15%) dos entrevistados que não souberam responder, os quais não apresentaram resposta à questão em análise.

Na Figura 2, são apresentados os percentuais de participantes classificados por categorias do extrativismo da castanha-da-Amazônia, considerando o contexto da criação da Resex do Rio Cajari.

Figura 2: Extrativismo da castanha-da-Amazônia depois da Resex Cajari



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Figura 2, destacam-se as categorias que marcaram a criação da Resex do Rio Cajari, localizada no sul do Amapá. A categoria que mais se destacou foi autonomia e autogestão, sendo que a Resex, trouxe a gestão do território. Para Silva (2024) e Almeida; Alegretti e Postigo (2018), a reserva extrativista tem seus fundamentos baseados no reconhecimento do território, numa visão de autogestão e autonomia, priorizando o conhecimento local.

Assim, a criação da Resex Cajari contribuiu para a sustentabilidade, a segurança fundiária e a valorização dos modos de vida tradicionais dessas comunidades. A Resex viabilizou a gestão do território, que, conforme Ostrom (1990) e Capelari et al (2017), envolve a participação do Estado, das coletividades locais e a garantia do direito à propriedade, oferecendo uma solução para que as comunidades administrem seus recursos comuns.

Portanto, o extrativismo da castanha-da-Amazônia, após a criação da Resex, representa um marco de transformação nas relações sociais, econômicas e territoriais das comunidades extrativistas do sul do Amapá. A consolidação da autonomia, a ampliação das formas de organização coletiva e o fortalecimento institucional contribuíram para que os extrativistas passassem de uma condição de subordinação e dependência para uma posição de protagonismo na gestão de seus territórios.

Assim, ao assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e reconhecer o valor cultural e econômico do extrativismo, a Resex reafirmou sua relevância como

política pública de conservação e inclusão social. Além disso, promoveu um modelo de desenvolvimento pautado na justiça socioambiental, na valorização dos saberes tradicionais e, principalmente, na continuidade da atividade extrativista e na permanência dos extrativistas em suas terras.

5 Considerações finais

O extrativismo da castanha-da-Amazônia tem representatividade histórica no estado do Amapá, além de contribuir para o fortalecimento das dinâmicas comunitárias, na organização social e de um modelo de desenvolvimento local sustentável. Sendo assim, entender como o extrativismo da castanha-da-Amazônia tem se estruturado nesse estado, reflete no impulsionamento das dinâmicas locais.

Dessa forma, o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que a pesquisa possibilitou compreender o contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, bem como as transformações ocorridas após sua criação, as quais impactaram as condições sociais, econômicas e ambientais do estado.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da Resex Cajari, estava inserido em um contexto de forte desigualdade. Esse contexto foi marcado pela exploração econômica dos castanheiros, pela ausência de direitos assegurados à terra e pela monopolização do território por empresas privadas. A castanha já era explorada comercialmente, mas o principal objetivo dos grupos dominantes era a apropriação das terras para garantir o controle dos domínios territoriais.

A partir da criação da Resex do Rio Cajari, destaca-se como aspecto principal a gestão do território, a preservação dos recursos naturais, o direito à comercialização e a organização de instituições que buscam apoiar e organizar as comunidades locais. Esse processo trouxe a presença do Estado, possibilitando o acesso às políticas públicas voltadas para essas populações, à conservação ambiental e à manutenção e valorização da identidade cultural dos castanheiros. A Resex representou liberdade para o extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, fortalecendo a economia local, promovendo o uso sustentável dos recursos e garantindo melhores condições de vida para as comunidades locais.

Dessa forma, o extrativismo da castanha antes da Resex do Rio Cajari foi representado pelo patronato e exploração econômica dos extrativistas. A criação da reserva assegurou o direito à terra aos extrativistas e diminuiu o conflito por terras na região, com modificações no contexto local e contribuiu para a melhoria na qualidade de vida, dinamização socioeconômica e preservação, principalmente dos castanhais do sul do estado do Amapá.

Pode-se concluir que a Resex Cajari apresenta elementos de um modelo de gestão ambientalmente sustentável, proporcionando aos extrativistas uma forma de viver com dignidade e autonomia, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente e fortalece as comunidades locais. No entanto, ainda persistem conflitos marcados por suas características históricas. A gestão e governança coletiva dos bens comuns consolidaram importantes conquistas e fortaleceram o extrativismo da castanha-da-Amazônia, que continua a contribuir para o desenvolvimento do estado do Amapá.

Referências

ALLEGRETTI, M. H. **Reservas extrativistas, implementação de uma alternativa ao desmatamento na Amazônia**. Instituto de Estudos Amazônicos Curitiba, 1988.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 1, p. 5-23, 1994.

ALMEIDA, C. P. **Castanha do Pará**: sua exportação e importância na economia amazônica. Estudos Brasileiros-Serviço de Informação Agrícola (Brazil), n. 19, 1963.

ALMEIDA FILHO, L. S.; CARVALHO, J. A. L. Extrativismo de balata na Amazônia histórico e atualidade. **Muiraquitã — Revista de Letras e Humanidades**, v. 10, n. 1, p. 214-227, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/210932.10.1-13>. Acesso em: 30/mar./2025.

ALMEIDA, J. J. **Do extrativismo à domesticação**: as possibilidades da castanha-do-pará. 2015. 304 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 25–55, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.60499>. Acesso em: 20/fev./2025.

AMAPÁ. Lei N° 0392, de 11 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável — RDS do Rio Iratapuru, nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Amapari, no Estado do Amapá**. Assembleia Legislativa Estado do Amapá, 1997.

AMORIM, J. P. M. O processo de formação e metropolização da região metropolitana de Macapá–breves reflexões. **Geografia Ensino e Pesquisa**, p. e45, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499439329>. Acesso em: 20/dez./2024.

BATISTA, A. P. B. *et al*. Spatial association of fruit yield of Bertholletia excelsa Bonpl. trees in eastern Amazon. **Forest Ecology and Management**, v. 441, n. March, p. 99–105, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foreco.2019.03.043>. Acesso em: 05/jan./2025.

BERNARDO, E. M. *et al.* Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 579-592, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v38i0.43474>. Acesso em: 20/nov./2024.

BRASIL. Decreto n. 99.145, de 12 de março de 1990. **Cria a Reserva Extrativista do Rio Cajari**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Cultivar web**: castanheira-da-Amazônia. 2025. Disponível em: <https://sistemas.agricultura.gov.br/snpc/cultivarweb/detalhe_cultivar.php?codsr=23511>. Acesso em: 01/mar./2025.

CAPELARI, M. G. M. *et al*. Vincent and Elinor Ostrom: two confluent trajectories for the governance of common property resources. **Ambiente e Sociedade**, v. 20 n. 1, p. 203-222, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20150135R1V2012017>. Acesso em: 20/jan/2025.

CASELLI, T. DE F. R. *et al*. Extrativismo, sustentabilidade e inclusão social das Quebradeiras de Babaçu no Meio norte do Piauí. **Revista Paper do NAEA**, p. 1–17, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i1.11118>. Acesso em 20/set. /2024.

CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles. Oito décadas da economia do Amapá. *In*: PORTO, J. L. R. (org). **Amapá**: Oitenta Anos de Novas Nacionalidades e Dinâmicas Territoriais (1943-2023). Maringá: Uniedusul, 2023.

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Sociobiodiversidade**. Brasília: Conab, 2022.

COSLOVSKY, S. V. Economic development without pre-requisites: How Bolivian producers met strict food safety standards and dominated the global brazil-nut market. **World Development**, v. 54, p. 32–45, fev. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.07.012>. Acesso em 20/jan./2025.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Expressão Popular, 2023, 221p.

DINIZ, J. D. A. S. *et al*. Políticas públicas e projetos para o fortalecimento da cadeia de valor. *In*: WADT, L. H. O. *et al*. (org.). **Castanha-da-Amazônia**: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor. Brasília: Embrapa, v. 1, p. 137–174, 2023.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 4, n. 1, p. 115–137, 1996.

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Castanha do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/castanha-do-brasil>. Acesso em: 28/ jan./ 2024.

FELZKE, L. F. **Quando os ouriços começam a cair**: a coleta de castanha entre os Gaviões de Rondônia. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente, Porto Velho, 2007.

FILOCREAO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia**: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. 2007. 542 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém-PA, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C.; LOMBA, R. M. A sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do sul do Amapá. **Revista Espaço e Geografia**, 22, P. 521-554, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/2236-56562019e40213>. Acesso em: 20/nov/2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2017, 256p.

FONSECA, D. R. Castanha-do-pará ou castanha-do-brasil: Uma semente amazônica, muitas histórias e muitos nomes. **Afros e Amazônicos**, v. 2, n. 8, p. 39-62, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.unir.br/index.php/afroseamazonicos/article/view/7737>. Acesso em: 20/dez./2024.

FREITAS, F. *et al*. O Manual de Utilizador de um Software de Análise Qualitativa: as percepções dos utilizadores do webQDA. **Revista Ibérica de Informação – RISTI**, n. 19, p. 107–117, 2016. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_e74ba03ca1fd3bdb8e9f9845e571588d>. Acesso em: 20/agos/2024.

FREITAS, J. S. *et al*. Reservas extrativistas na Amazônia: modelo de conservação ambiental e desenvolvimento social? **GEOgraphia**. v. 19, n. 40, p. mai/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13806>. Acesso em 20/mar./2025.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia**: Amazônia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 184p.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 167–187, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100012>. Acesso em 20/dez./2024.

HOMMA, A. K. O. A terceira natureza da Amazônia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 132, p. 27–42, 2017. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/902>. Acesso em 20/dez./2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE. Nota Técnicas, v. 26, 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. 2024a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=saiba-mais>. Acesso em: 17/ fev./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2021>. Acesso em: 05/ jan./ 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal**: castanha-do-pará. 2025a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>. Acesso em: 16/ jan./ 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. 2025b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514#resultado>. Acesso em: 27/ jan./ 2025.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria no 627, de 30 de julho de 1987**. Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista INCRA. Brasília, 1987.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de desenvolvimento do PAE Maracá**. Macapá, 2004.

JARI CELULOSE, S. A. **Plano diretor de ocupação das terras do Jari**. Caderno 3- Meio Antrópico. 1994.

JODELET, D. Interconnections between social representations and intervention. In: ROSA, A. S. (org.). **Social Representations in the "Social Arena"**. New York: Routledge, 2013, p. 77-88.

LEFEVRE, F. **Discurso do sujeito coletivo**: nossos modos de pensar nosso eu coletivo. 1. ed. São Paulo: Andreoli, 2017, 80p.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro, 2005, 96p.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualiquantitativo - metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Brasília: Liber Livro, 2012. 224p.

LEMES, T. E.; GOMES, L. O. **Características socioeconômicas do extrativismo no Brasil**. *In*: 7o Congresso Tecnológico da Fatec Mococa, v. 4 n. 1, p. 01-16, 2021. Disponível em: <https://congresso.fatecmococa.edu.br/index.php/congresso/article/view/195/46>. Acesso em: 20/jan./2025.

LINS, C. **A Jari e a Amazonia**. Rio de Janeiro, Dataforma, 1997, 160p.

LINS, C. **Jari**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001, 287p.

LOBATO, S. S. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 272–286, 2014. Disponível em: < https://doi.org/10.22228/rtf.v7i1.210>. Acesso em: 20/nov./2024.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C.; FILOCREÃO, A. S. M. Políticas de desenvolvimento territorial no sul do Amapá. **Acta Geográfica**, v. 15, n. 37, p. 124-141, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v15i37.5195>. Acesso em: 20/nov./2024.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Planurum, 2022, 384p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2024, 912p.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2011, 535p.

MEIRA, M. A. F. **Persistência do aviamento**: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2017.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, 408p.

MTE/RAIS-Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais. **Bases estatísticas**: RAIS e CAGED. 2025. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 27/jan./2025.

NORTH, D.C. **Institutions, institutional change and e economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

NORTH, D. C. Desempeño económico en el transcurso de los años. Conferência de Douglas C. **North em Estocolmo Suécia**, 1993.

OLIVEIRA, N. M.; QUEIROZ, B. F. P. Hidrelétrica Peixe-Angical-Peixe, Tocantins: o discurso desenvolvimentista na Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 10, n. 04, p. 551–575, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/12230>. Acesso em: 20/jan./2025.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M.; STRASSBURG, U. As vozes do território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 5, p. 25-52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2017v5n2p025-052>. Acesso em: 20/nov./2024.

OLIVEIRA, Z. T. **A castanheira, aqui, é a mãe castanheira**: o extrativismo da Bertholletia Excelsa na Resex Cajari-Amapá. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade sociocultural) - Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, Belém, PA, 2022.

OSORIO, L. A. R.; LOBATO, M. O.; CASTILLO, X. A. D. An epistemology for sustainability science: a proposal for the study of the health/disease phenomenon. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, v. 16, n. 1, p. 48-60, fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504500902760571>. Acesso em: 20/dez./2024.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: the Evolution of Institutions for Collective Action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PALAGI, E. *et al*. A survey of definitions & models of exploratory search. *In*: **Proceedings of the 2017 ACM workshop on exploratory search and interactive data analytics**. Anais...2017. p. 3-8.

PAULA FILHO, G. X. *et al*. Ethnobotanical knowledge on non-conventional food and medicinal plants in Rio Cajari Extractivist Reserve, Amazon, Brazil. **Boletin Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromaticas**, v. 23, p. 645-683, 2024. Disponível em:< https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-35316/v1>. Acesso em: 20/jan./2025.

PICANÇO, J. R. A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari**: Verso e reverso da territorialização no sul do Amapá. 161 f. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2005.

PICANÇO, J. R. A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia**: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no Sul do Amapá. 2009. 383 f. Tese (Doutorado em Ciências sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2009.

PICANÇO, J. R. A. Amapá: entre desenvolvimento e conservacionismo. **Revista GeoSertões**, v. 3, n. 6, p. 8-31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.56814/geosertoes.v3i6.1089>. Acesso em: 20/jan./2025.

PINTO, A. *et al*. **Boas práticas para manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros**: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato. Belém: IMAZON, 2010. 194 p.

PINTO, L. F. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig - as relações entre Estado e multinacional na Amazônia. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1986. 219p.

RANGEL, K. S. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari** (Amapá). 2017. 296f. Tese (Doutorado em Geografia humana) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação Geografia Humana, São Paulo, 2017.

SANTOS, N. A.; BRANNSTROM, C. Livelihood Strategies in a Marine Extractive Reserve: implications for conservation interventions. **Marine Policy**, v. 59, p. 44-52, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2015.05.004>. Acesso em: 20/fev./2025.

SARAIVA, A. F. S. **As vozes dos atores locais do extrativismo da Amazônia**: o caso da castanha-da-Amazônia, sul do Amapá e do babaçu, Bico do Papagaio-Tocantins. 2025. 228 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2025.

SARAIVA, A. F. S. *et al*. Dificuldades do extrativismo da castanha-da-Amazônia: um estudo sobre o desenvolvimento na Resex do Rio Cajari-Amapá, Brasil. *In*: **Anais IV Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR)**, IJUÍ - RS, v. 4, n. 4, 2025. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/26816>. Acesso em: 10/mar/2025.

SILVA, A. G. Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaios de geografia**, v. 11, n. 24, p. 1–31, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/eg.v11i24.58749>. Acesso em: 10/jan./2025.

SILVA, D. W. *et al*. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 557–577, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v38i0.44455>. Acesso em: 20/dez./2024.

SILVA, F. E. G.; SILVA, E. D.; SILVA FILHO, E. G. The Battle of Rubber and public development policies for the Amazon. **Revista Científica Multidisciplinar o Saber**, v. 2, n. 2, p. 356–370, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51473/rcmos.v2i2.342>. Acesso em: 20/mar./2024.

SILVA, J. B.; ALVES, J. P. C. A educação em comunidades tradicionais no sul do Amapá: o caso da RESEX Cajari e da Reserva do Rio Iratapuru. **Revista ambiente e educação**, v. 27, n. 2, p. 1–23, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v27i2.14550>. Acesso em: 20/mar./2024.

SILVA, T. P.; PONTES, A. N.; ALBUQUERQUE, A. R. Cadeias de produção sustentáveis no extrativismo de castanha do Brasil na Amazônia brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 63460-63478, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-687>. Acesso em: 20/ago./2024.

SOUSA, W. P.; EULER, A. M. C.; SOUSA, W. P. Diagnóstico do Setor Produtivo e da Comercialização da Castanha-do-Brasil (Bertholletia excelsa Bonpl.) no Território Sul do Amapá. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, p. 3289-3292, 2009.

SOUZA. D. B. *et. al*. Estructura del conocimiento en las comunidades recolectoras de nuez de Brasil en la Amazonía. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.16, n.5 p. 01-26, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n5-077>. Acesso em: 05/mar/2025.

SOUZA, F. N.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. Questionamento no Processo de análise de dados qualitativos com apoio do software WebQDA. EDUSER: **Revista de Educação**, v. 3, n. 1, p. 19–30, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.34620/eduser.v3i1.28 Acesso em: 20/jun/2024.

STR/CNS/CUT. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros e Central Única dos Trabalhadores**. Chico Mendes Coordenação Editorial, Xapuri e São Paulo, 1989.

STRASSBURG, U. ; OLIVEIRA, N. M. ; ROCHA JUNIOR, W. F. As Percepções dos Atores Locais sobre o Biogás no Oeste do Paraná. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, p. 287-307, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.287-307>. Acesso em: 20/jun./2024.

TEIXEIRA, T. H. *et al*. A diversidade produtiva em reservas extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 164–183, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.58805>. Acesso em: 20/jun./2024.

WADT, L. H. O. *et al*. Histórico da descrição botânica e características gerais. *In*: WADT, L. H. O. *et al*. (org.). **Castanha-da-Amazônia : estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor** : aspectos sociais, econômicos e organizacionais. Brasília, DF: Embrapa, 2023.

WAWZYNIAK, J. V. **Do barracão à casa**: uma etnografia das transformações nas formas de apropriação, gestão e transmissão dos recursos naturais por seringueiros do rio Ouro Preto –RO. 2000. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Curitiba, 2000.
YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. 336p.

Antonia Francisca da Silva Saraiva. PhD in Regional Development (UFT). Professor at the State University of the Tocantina Region of Maranhão. Av. Brejo do Pinto, S/N – Brejo do Pinto, Estreito-MA. antoniafc@hotmail.com.

Nilton Marques de Oliveira. PhD in Regional Development and Agribusiness (UNIOESTE). Professor at the Federal University of Tocantins. Palmas - TO, Brazil. Quadra 109 Norte Avenida NS 15 - Prédio do PGDR Plano Diretor Norte - Palmas, TO - Brasil. niltonmarques@uft.edu.br.

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. PhD in Sustainable Development (UFPA). Professor at the Federal University of Amapá. Macapá - AP, Brazil. Rodovia Juscelino K. de Oliveira, km 02, bairro Universidade, no Campus Marco Zero do Equador – Macapá-AP, Brasil. afilocreao@gmail.com.

Walter Saraiva Lopes. PhD in Biomedical Engineering (UMC). Professor at the Federal University of Maranhão. Imperatriz - MA, Brazil. Rua Urbano Santos S/N, Centro - Imperatriz-MA, Brasil. W.saraiva@yhaoo.com.br.

Submetido em: 24/11/2025 **Aprovado em: 23/06/2026**

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação: Antonia Francisca da Silva Saraiva, Walter Saraiva Lopes.
Curadoria de Dados: Antonia Francisca da Silva Saraiva.
Análise Formal: Antonia Francisca da Silva Saraiva.
Obtenção de Financiamento: Antonia Francisca da Silva Saraiva
Investigação/Pesquisa: Antonia Francisca da Silva Saraiva, Walter Saraiva Lopes
Metodologia: Antonia Francisca da Silva Saraiva, Walter Saraiva Lopes, Nilton Marques de Oliveira.
Administração do Projeto: Nilton Marques de Oliveira, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.
Recursos: Antonia Francisca da Silva Saraiva
Software: Antonia Francisca da Silva Saraiva
Supervisão/orientação: Nilton Marques de Oliveira, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.
Validação: Antonia Francisca da Silva Saraiva e Walter Saraiva Lopes, Nilton Marques de Oliveira, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.
Visualização: Antonia Francisca da Silva Saraiva e Walter Saraiva Lopes, Nilton Marques de Oliveira, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.
Escrita – Primeira Redação: Antonia Francisca da Silva Saraiva.
Escrita – Revisão e Edição: Antonia Francisca da Silva Saraiva, Walter Saraiva Lopes, Nilton Marques de Oliveira, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

Fontes de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de financiamento 001 (durante o doutorado).